



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

LETÍCIA DIAS DOS SANTOS

JUVENTUDE E TRABALHO: O PAPEL DO PROJETO DE VIDA NO NOVO
ENSINO MÉDIO DO GDF



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

LETÍCIA DIAS DOS SANTOS

BRASÍLIA – DF

2023

**JUVENTUDE E TRABALHO: O PAPEL DO PROJETO DE VIDA NO NOVO
ENSINO MÉDIO DO GDF**

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de artigo científico, apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Caroline Bahniuk.

BRASÍLIA – DF

2023

LETÍCIA DIAS DOS SANTOS

**JUVENTUDE E TRABALHO: O PAPEL DO PROJETO DE VIDA NO NOVO
ENSINO MÉDIO DO GDF**

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de artigo científico, apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Caroline Bahniuk.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Caroline Bahniuk (FE/UNB)

(Orientadora)

Prof^o Shirleide Pereira da Silva Cruz

(Examinadora)

Prof^a Wanderson Barbosa dos Santos

(Examinador)

Prof^a Caetana Juracy Rezende Silva (FE/UNB)

(Suplente)

Brasília, 19 de dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus e a Nossa Senhora, por todas as graças recebidas e concedidas a mim durante toda a minha vida.

Aos meus pais, Luzinete e José Vitor, por todo amor, apoio, carinho e cuidado que tiveram comigo; em especial a minha mãe, que sempre foi a minha melhor amiga e minha confidente, permanecendo sempre ao meu lado.

Ao meu irmão Bruno, que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida e me escutou comentar sobre a minha vida acadêmica durante longos cinco anos.

A professora Caroline Bahniuk, que conheci em uma disciplina de Orientação Profissional e fez presença durante grande parte da minha graduação, proporcionando acolhimento, carinho e confiança desde os primeiros diálogos.

As minhas amigas Amanda, Maria Clara e Luana, que estiveram comigo durante toda a graduação e tornaram esse período mais leve.

A todos aqueles professores que me ensinaram ao longo de toda a minha vida, inclusive aqueles que se tornaram amigos de profissão, sem o ensino e o apoio de vocês teria sido muito mais difícil.

A todos aqueles que fizeram parte da minha vida e contribuíram para que eu chegasse aqui. O meu muito obrigada!

PARTE I

Memorial Educativo

MEMORIAL EDUCATIVO

Meu nome é Letícia Dias dos Santos, nasci no Hospital Regional de Ceilândia, Região Administrativa localizada a cerca de 30 km do centro de Brasília. Minha família é composta por minha mãe, meu pai, meu irmão, minha cunhada e minha cachorra. Meus pais se chamam Luzinete Dias dos Santos e José Vitor dos Santos e moram comigo. Tenho um irmão mais velho, Bruno, que me deu uma cunhada, Luíza, a quem tenho muito carinho. Também tenho uma cachorra chamada Nina, uma Golden Retriever, de 4 anos que me faz muito feliz desde que entrou para a nossa família.

O meu pai nasceu em Alagoas, mas veio para Brasília com cinco anos. Terceiro filho mais velho de pais alagoanos que tiveram posteriormente mais cinco filhos, precisou trabalhar muito cedo para auxiliar no sustento da família, quando a minha avó, Dona Neuza, ficou viúva aos 24 anos de idade. A minha mãe, é filha de um senhor goiano e uma senhora baiana, mas decidiram se aventurar no nosso querido quadrado, onde se casaram e tiveram quatro filhos, sendo a minha mãe, a primogênita. Meu pai, antes de conhecer a minha mãe, foi casado brevemente com a mãe do meu irmão mais velho, Bruno, o meu único irmão. Com o divórcio, meu pai e o meu irmão se mudaram para a casa da minha avó paterna, no conjunto seis da Ceilândia Norte, lugar onde minha mãe também residia. Tendo amigos em comum, não foi difícil para os meus pais se esbarrarem na quadra e começarem a namorar. Após três anos casados, a minha família ganhava a caçulinha da família, eu.

Meus pais sempre precisaram trabalhar para prover o sustento da casa e por isso, os eles necessitavam de alguém que pudesse cuidar de mim. Joelma, foi a escolhida, vizinha dos meus pais e conhecida da minha mãe de longa data, ficou responsável por mim enquanto os meus pais trabalhavam. Pouco mais de um ano depois, Joelma precisou ir ao Ceará cuidar da sua mãe doente e indicou a sua vizinha, Odete, para ficar comigo. No entanto, não houve uma sintonia grande entre nós e por isso, minha mãe foi à procura de outra pessoa. É aí, que entra a minha avó do “J”, Dona Neuza, que cuidou de mim no início dos meus dois anos e nunca mais parou, se tornou a minha avó do coração, a quem tenho muito amor e admiração.

Como os meus pais ficavam o dia fora, a minha avó ficava responsável pela busca na escola, alimentação e afins. Passava grande parte do meu dia na casa da minha avó brincando com dois, dos seus três netos, Hyan e Joyce. As férias eram os momentos mais divertidos do ano, brincávamos de pique-pega, esconde-esconde, bet e muita queimada, com todas as

crianças da rua reunidas na frente da casa da minha vó. Minha infância foi simples, mas regada de sorrisos, alegria e muita felicidade.

A minha vida escolar iniciou-se na Escola Classe 06 de Ceilândia, instituição próxima a minha casa, na qual os meus pais também foram estudantes. Neste local, tive o Jardim de Infância - como era chamado antigamente a Educação Infantil- com a professora Deuzana. Esta docente esteve presente em diversos anos da minha passagem pela EC 06, inclusive durante a minha alfabetização, em que mesmo com o braço direito engessado aprendi a letra cursiva. Nesta instituição, fiz os meus primeiros amigos. Geovana, Maria Eduarda, Tarsila e Gabriela formavam o meu grupinho e brincávamos muito nos espaços da escola e também fora, pois os nossos pais criaram amizades.

Iniciando o ciclo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, precisei ir para uma escola maior, e a escolhida foi o Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia, escola um pouco mais distante da quadra em que eu residia, mas que tinha uma boa referência de ensino por conta da composição da direção escolar e do corpo docente. Em um primeiro momento, a instituição de ensino ofertava o Ensino Fundamental de maneira regular. Entretanto, a Proposta Pedagógica da escola estava passando por mudanças e conforme a decisão da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no ano seguinte, o CEF 20 ofertaria o ensino em tempo integral. Foi uma mudança brusca, mas que eu me adaptei rapidamente, e durante o meu sétimo ano eu fui muito feliz com a turma e os amigos que estava conhecendo. No entanto, o meu oitavo ano não foi marcado por boas lembranças, a escola cresceu, abriu novas turmas e por isso, não fiquei com as pessoas que eu havia conhecido no ano anterior. As minhas recordações do oitavo ano não foram as melhores, pois foram marcadas com a exclusão e o bullying, o que me fazia não querer ir para a escola.

Com a situação ocorrida, os meus pais me mudaram de escola, e eu terminei o meu último ano do Ensino Fundamental na escola em que eu também cursei o Ensino Médio, o Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia. Meus pais e os meus tios também tinham estudado nessa escola, ela era popularmente conhecida como a melhor escola de Ensino Médio da Ceilândia por conta do destaque nas aprovações na Universidade de Brasília. A instituição mencionada abrange uma quantidade extensa de estudantes, e por isso, eu fiquei em uma turma com algumas pessoas conhecidas e outras que eu fiz amizade.

Com o resultado da nota do PAS 1, eu percebi a necessidade em realizar um cursinho pré-vestibular para aumentar a minha nota e ter possibilidade de passar na UnB. O cursinho escolhido foi o Exatas e durante dois anos foi a minha segunda casa, pois passava mais tempo nas baias e salas de estudos do que na minha própria casa. Ao longo de dois anos, a minha

vida se dividia em sair de casa, ir para a escola, ir para o cursinho pré-vestibular às segundas, quartas e sextas e às terças e quintas eu ia para o Centro Interescolar de Línguas da Ceilândia - CILC. Foi uma rotina extremamente cansativa, mas ter a minha família e os meus amigos fez ficar mais fácil.

É muito comum que os estudantes do Ensino Médio passem por uma pressão maior por conta do vestibular e das incertezas quanto à escolha profissional, e comigo não foi diferente. Em um primeiro momento, eu pensava em cursar direito ou psicologia, dois cursos muito distantes entre si. A minha dúvida estava tão grande, que durante a inscrição do PAS 3, eu joguei cara ou coroa para colocar um curso. Veio o PAS 3 e o seu resultado, e a nota que eu tirei ficou alguns pontos abaixo da minha meta, por isso, eu não conseguiria nota para nenhum dos dois cursos almejados. Após a frustração e muito choro, eu decidi cursar Pedagogia porque eu sempre gostei de brincar de professora e achava que deveria começar a graduação pela Pedagogia, pois era o início de tudo.

Iniciar a graduação aos 17 anos não foi fácil. Lugar novo, gente nova, realidades muito diferentes e gente de todo canto. Mesmo assim, eu consegui fazer novas amizades e ir me acostumando com a nova etapa. Depois de um ano como caloura, surgiu a pandemia de Covid-19 e toda a incerteza sobre o futuro. Foi quando eu percebi a necessidade de cuidar ainda mais da minha saúde mental para estar bem para voltar ao presencial. Torci pela chegada do ensino presencial como torço pelo Flamengo, demorou um pouco, mas chegou.

E assim, eu tive a oportunidade de realizar uma etapa fundamental da minha graduação. Os estágios obrigatórios - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Gestão Escolar e Espaços não Escolares - me trouxeram para a realidade da sala de aulas e da escola como um todo, bem como outros espaços educativos de atuação do pedagogo, e os desafios cotidianos da profissão, pois agora era o momento de conhecer mais profundamente os desafios da profissão na realidade e não foi fácil. O primeiro estágio foi o da Educação Infantil, e ocorreu de maneira online, por isso, não consegui aproveitar tanto. No segundo estágio, foi muito desconcertante ter a minha primeira regência numa turma de 3º ano que eu estava a pouco tempo, aproximadamente um mês, e mesmo assim foi incrível. Estar lecionando, ensinando Grandezas e Medidas, usando o livro didático, a caixa matemática e outros recursos pedagógicos, me fez perceber que por mais que os desafios existam, ser docente tem o seu lado doce. O estágio na gestão escolar, foi importante para entender que há desafios também fora da sala de aula, e que o trabalho do gestor incide na organização pedagógica da instituição para que ocorra um trabalho de excelência. O último estágio, em espaço não escolar, foi realizado no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST- na

Cozinha Solidária no Sol Nascente. Lá conversamos e iniciamos o processo de alfabetização de mulheres negras, militantes e que tinham muito gosto por aprender. Buscando ter mais experiência com a sala de aula, eu realizei dois anos de estágio remunerado no Colégio Marista João Paulo II no segmento da Educação Infantil. Ao longo desse período, eu aprendi muito, realmente vivi o que é a realidade da sala de aula e os desafios que os profissionais passam cotidianamente. Ter o carinho dos professores regentes e das monitoras foi fundamental para o meu crescimento profissional.

Procurando continuar me desenvolvendo academicamente, tomei a decisão de iniciar e participar da Iniciação Científica na Universidade de Brasília. A minha orientadora foi a professora Caroline Bahniuk e permaneceu como minha orientadora de TCC também. O tema escolhido e pesquisado no período de um ano foi sobre a Juventude e Trabalho: O papel do Projeto de Vida no Novo Ensino Médio no GDF, cujo tema foi escolhido para continuar sendo desenvolvido na monografia, a temática do Mundo do Trabalho se tornou especial para mim, pois foi onde nasceu o meu interesse pela pesquisa, pelos trabalhos futuros (mestrado) e é onde eu desejo permanecer academicamente.

PARTE II

Artigo

JUVENTUDE E TRABALHO: O PAPEL DO PROJETO DE VIDA NO NOVO ENSINO MÉDIO DO GDF

Leticia Dias dos Santos
Orientadora: Prof. Dr^a Caroline Bahniuk

Resumo: A pesquisa buscou investigar como se organiza o Projeto de Vida, advindo do Novo Ensino Médio (NEM), que discute e orienta as escolhas profissionais dos estudantes do Ensino Médio, em particular, das escolas públicas do Distrito Federal. Buscando compreender a concepção presente nesse componente curricular, seus objetivos e o que está por trás dessa proposição do Projeto de Vida em relação às escolhas profissionais dos jovens dentro da ótica atual do mundo do trabalho. Para isso, fizemos um estudo sobre a Reforma do Ensino Médio e sua relação com as transformações do mundo do trabalho (KUENZER, 2017; 2020) fizemos a seleção dos documentos nacionais e distritais referentes ao NEM. Dentre esses, selecionamos o “Caderno Orientador: Unidade Curricular Projeto de Vida” (DISTRITO FEDERAL, 2022) para uma análise mais pormenorizada, identificando nele dois eixos que ganham destaque: o Empreendedorismo e as Competências Socioemocionais, que confirmam a sinergia do NEM com a formação precarizada voltada para atender as demandas do trabalho no regime de acumulação flexível.

Palavras-chave: Acumulação Flexível; Novo Ensino Médio; Projeto de Vida; Competências Socioemocionais; Empreendedorismo.

YOUTH AND WORK: THE ROLE OF THE LIFE PROJECT IN THE NEW HIGH SCHOOL OF THE GDF

Abstract: The research aimed to investigate how the Life Project is organized, stemming from the New High School (NEM), which discusses and guides the career choices of high school students, particularly those in public schools in the Federal District. Seeking to understand the conception present in this curriculum component, its objectives, and what lies behind the proposition of the Life Project regarding the professional choices of young people within the current perspective of the world of work. To achieve this, we conducted a study on the High School Reform and its relationship with the transformations in the world of work (KUENZER, 2017, 2020). We selected national and district documents related to the NEM. Among these, we chose the "Guidance Notebook: Curricular Unit Life Project" (FEDERAL DISTRICT, 2022) for a more detailed analysis, identifying two highlighted axes: Entrepreneurship and Socioemotional Competencies, confirming the synergy of the NEM with the precarious training aimed at meeting the demands of work in the flexible accumulation regime.

Keywords: Flexible Accumulation; New High School; Life Project; Socioemotional Competencies; Entrepreneurship.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo central compreender o que é, e como se organiza o Projeto de Vida, advindo do Novo Ensino Médio, que discute e orienta as escolhas profissionais dos estudantes, em particular, na rede pública do Distrito Federal. Buscando compreender a concepção presente neste componente curricular, seus objetivos e o que está por trás dessa proposição do Projeto de Vida em relação às escolhas profissionais dos jovens dentro da ótica atual do mundo do trabalho fragmentado, precarizado e intensificado em que dois eixos - Competências Socioemocionais e Empreendedorismo- ganharam destaque durante a leitura e análise dos documentos norteadores que discutem e orientam a Unidade Curricular Projeto de Vida.

Este trabalho dá continuação a pesquisa iniciada a nível de Iniciação Científica, realizada no período de maio de 2022 a maio de 2023, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Compreendendo que o Projeto de Iniciação Científica foi somente o início para o desenvolvimento da pesquisa, fez-se necessário permanecer na mesma linha de pesquisa, tendo em vista que a ascensão do novo Governo Federal, bem como da nova composição do Ministério da Educação nos fez ter esperanças de mudanças significativas na Reforma do Ensino Médio, em que tais atualizações deveriam ser trazidas para este trabalho.

Isto posto, a pesquisa teve como problematização central investigar: Qual a intencionalidade e a concepção do componente curricular Projeto de Vida no Novo Ensino Médio (NEM) no GDF e qual a relação desse componente curricular com a escolha e inserção no trabalho dos jovens das escolas públicas. Para tanto, buscamos compreender as relações do mundo do trabalho do século XXI relacionada aos currículos das escolas públicas do Distrito Federal.

Para elaboração desta investigação, utilizou-se da pesquisa documental, com o levantamento de documentos nacionais e distritais relacionados ao Novo Ensino Médio, em que destacamos o documento “Caderno Orientador: Unidade Curricular Projeto de Vida” (DISTRITO FEDERAL, 2022a) para um exame mais pormenorizado. Além disso, houve também a utilização da pesquisa bibliográfica nos bancos de pesquisa *Scientific Electronic*

Library Online (SciELO) e do Periódico CAPES, onde procuramos investigar e selecionar artigos que desenvolvem e pesquisam sobre o Projeto de Vida no NEM para análise.

O texto encontra-se organizado em duas partes: a primeira busca refletir sobre a reforma do Ensino Médio e a sua relação com o mundo do trabalho, com maior enfoque nas influências ocorridas no campo educacional que se estruturam com o regime de Acumulação Flexível. Em um segundo momento, procuramos discutir a concepção e organização curricular e como as suas dimensões alinham-se e estruturam-se com base em dois conceitos: o Empreendedorismo e as Competências Socioemocionais.

2 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O Novo Ensino Médio se estabelece a partir da Medida Provisória n.º 746/2016 (BRASIL, 2016), consolidada com a promulgação da Lei n.º 13.415/2017 (BRASIL, 2017) a qual altera profundamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) no que diz respeito a organização do Ensino Médio. Compreendemos que essa reforma está inserida no contexto das reformas educacionais que atendem as mudanças do mundo do trabalho e as competências e habilidades exigidas para o século XXI, ao implementar currículos mínimos que formarão novas subjetividades para inserção do mundo do trabalho (KUENZER, 2017, 2020).

O NEM instituiu uma organização curricular flexibilizada, dividida entre formação geral e itinerários formativos. Dessa maneira, a carga horária total da formação geral dos estudantes não deve ultrapassar 1800 horas, de modo a atender a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2023a). O restante da sua formação será destinada aos itinerários formativos, divididos em 5 possibilidades: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação técnica profissional. Cada escola tem que, por obrigatoriedade, oferecer ao menos dois itinerários.

Para camuflar o caráter regressivo do Novo Ensino Médio foi necessário divulgar, de forma ideológica pelos defensores da reforma, na sociedade, os “benefícios” que o NEM traria à população. Segundo os estudos de Cássio e Goulart (2022) eles se baseiam em três argumentos: O primeiro envolve a flexibilização curricular, que está intimamente ligada aos itinerários formativos, sendo assim, os estudantes teriam mais possibilidades de decisão sobre a sua formação com percursos que se assemelham ao seu Projeto de Vida individual; o

segundo envolve a ampliação da carga horária total do Novo Ensino Médio com o aumento da carga horária diária nas escolas, o que exclui estudantes do ensino noturno, que conciliam trabalho com o estudo; o terceiro ponto envolve a qualificação profissional em que os estudantes poderão optar ao longo da sua formação. Entretanto, segundo os autores citados, essa possibilidade, somada aos currículos mínimos de base comum que os alunos terão acesso, contribui para a estratificação da sociedade e o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais, tendo em vista que estão menos preparados para os exames de larga escala, ocorridos em todos países para o ingresso ao Ensino Superior.

Existe uma polarização sobre o NEM. Por um lado, temos os defensores da flexibilização do EM, principalmente representados pelas instituições que representam os setores privados como: Todos Pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura (ACCIOLY; LAMOSA, 2021) e demais representantes empresariais que se encontram alinhadas com a ideologia dos dirigentes que compunham o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho de Secretários de Educação (CONSED) logo após o golpe parlamentar, em 2016 (KUENZER, 2020). Em outro lado, há grupos que criticam essa reforma do Ensino Médio e buscam uma proposta de um projeto educativo que possa atender à classe trabalhadora, instituindo um currículo consistente, orgânico e que trabalhe as diferentes áreas do conhecimento juntamente com as dimensões da ciência, tecnologia, cultura e trabalho trabalhando integralmente na formação dos estudantes, para que assim, sejam capazes de transformar a sociedade com postura crítica e consciente (KUENZER, 2017) .

A flexibilização proposta pela Lei nº13.415 (BRASIL, 2017) encontra-se relacionada ao processo de reestruturação do mundo do trabalho, denominada de Acumulação Flexível (KUENZER, 2017, 2020). Segundo a autora, a flexibilização contribui para a distribuição desigual do conhecimento entre as diferentes classes sociais, o que colabora para a formação de novos sujeitos, com subjetividades alinhadas às exigências do mundo do trabalho do século XXI, de forma que o aluno terá, ao longo da vida, a integração entre teoria e prática para atuar no mercado de trabalho, não sendo necessária uma formação geral integral, e sim, uma formação restrita, genérica e simples. Acerca disso, a reforma educacional correlaciona-se ao regime de acumulação flexível, e também se encontra relacionada com a mudança ocorrida no campo educacional.

Para Kuenzer, (2017; 2020) anteriormente tivemos uma educação baseada nos ideais do contexto taylorista/fordista- padrão de produção dominante no decorrer do século XX até a década de 1980, a qual proporcionava aos filhos da classe trabalhadora uma escola profissionalizante, enquanto a burguesia tinha uma educação geral completa que os preparava

para o ingresso ao Ensino Superior e também para atuar em grandes cargos na profissão escolhida.

Atualmente, o regime de Acumulação Flexível, pauta-se na flexibilização da produção, do trabalho e do consumo em que incide diretamente em uma aprendizagem flexível para a sociedade. Neste regime, as metodologias inovadoras, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de formar trabalhadores competitivos para o mercado de trabalho ganham mais notoriedade que o antigo modelo educacional pautado na rigidez e no silenciamento do estudante (KUENZER, 2017; 2020). Este regime encontra-se baseado na ampliação da escolaridade e da capacitação profissional dos seus integrantes, visando atender o mercado de trabalho, todavia, essa formação ampla e de qualidade não será desenvolvida para todos. Acerca disso, Kuenzer, discorre sobre o disciplinamento do trabalho flexível que reconhece a importância de ter um desenvolvimento da Educação Básica e Superior, pois este regime entende a necessidade de possuir profissionais capacitados, no entanto, é necessário entender “para quem e com que qualidade essa expansão” deve ocorrer (2017, p.339).

Nesse contexto, verificamos a partir dos estudos, uma mudança na dualidade escolar, e, portanto, na qualidade e disponibilização da educação conforme a classe social dos integrantes. Nesse sentido, no presente momento, temos uma educação destinada à classe trabalhadora, que é disponibilizada de maneira precária e desqualificada, de modo a atender as necessidades mercantis do mundo do trabalho, porém, uma educação alongada, com mais anos de escolarização e com novos recursos educacionais, com a ampliação das metodologias inovadoras e a disponibilização crescente das tecnologias da informação e comunicação. Enquanto, a burguesia possui uma educação voltada para o ensino de ciência e tecnologia, em que o Ensino Médio se tornou somente “um degrau necessário para o acesso aos cursos valorizados pelo mercado” (KUENZER, 2020, p. 4), e por isso, terão a possibilidade em exercer trabalhos qualificados e criativos, que foram disponibilizados em espaços de formação que não a escola pública, privilégio advindo de sua origem de classe (KUENZER, 2017).

Referente ao exposto, o Novo Ensino Médio, tem entre as suas principais críticas (KUENZER, 2017; 2020): a forma autoritária em que a Medida Provisória se tornou lei, onde não houve um debate aprofundado da reforma por especialistas, pesquisadores e docentes que investigam e atuam diretamente no Ensino Médio, nem levou em consideração as opiniões e as expectativas dos estudantes. Além disso, a organização curricular enfraquece e diminui a formação comum dos estudantes, e impõem uma maior hierarquização das disciplinas, provocando uma fragmentação do conhecimento, além de pressionar o estudante a escolher

um itinerário formativo que deve permear durante toda a sua formação e auxiliar no seu processo de escolha profissional imediatamente. Por fim, é importante lembrar que a extensão da carga horária inviabiliza o acesso aos estudantes que estudam e trabalham, característica comum no Brasil.

O Novo Ensino Médio precisou de adequações pedagógicas, estruturais e operacionais para se desenvolver. Com esse fim, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal -SEEDF- reestruturou o Ensino Médio a partir de 2019, inicialmente por meio de cinco escolas-piloto, procurando se adaptar às novas “estratégias pedagógicas” que se tornaram necessárias. Em 2021, dando continuidade a implementação do NEM, foram acrescentadas mais sete instituições, totalizando ao todo, doze escolas-piloto (DISTRITO FEDERAL, 2022c).

No ano de 2022, tornou-se obrigatório em todas as instituições escolares o Novo Ensino Médio, implementado progressivamente a partir do primeiro ano do Ensino Médio. O Distrito Federal possui características comuns a municípios e estados, portanto, precisa garantir a oferta de toda a Educação Básica e também as suas modalidades de ensino. Atualmente, o NEM ocorre nas noventa e uma instituições escolares da SEEDF, sendo que em vinte e três delas, existe a disponibilidade do Ensino Médio Integral (DISTRITO FEDERAL, 2022c).

Como dissemos anteriormente, desde sua promulgação, o Novo Ensino Médio vem sofrendo diversas críticas. O novo Governo Federal, eleito em 2023, sofre pressões pela revogação do Novo Ensino Médio, por parte de docentes, pesquisadores e alunos, ao mesmo tempo se alia aos representantes empresariais que apoiam e implementam a reforma, em um jogo político. Como fruto das pressões do campo progressista estabeleceu uma Consulta Pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio através da Portaria de n.º 399/2023 (BRASIL, 2023c). Entretanto, não nos parece que o Governo Federal por si só pretende revogar o Ensino Médio, mas sim reestruturá-lo, o que ainda se caracteriza como uma grande perda para os estudantes, e há um conjunto de instituições, em particular, estudantes e professores do EM que estão travando uma luta para garantir sua revogação. O NEM se encontra, suspenso pela homologação da Portaria n.º 627/2023 (BRASIL, 2023b) que suspendeu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio¹, ocorrida pela Portaria de n.º 521/2021 (BRASIL, 2021), pelo prazo de 60 dias para

¹ O documento refere-se à Implementação do Novo Ensino Médio com indicações de medidas que visam dar desenvolvimento à etapa de ensino, como cronograma referente aos materiais didáticos, atualização de provas como o SAEB e ENEM e demais orientações.

conclusão da Consulta Pública para avaliação da política.

Até o presente momento, temos um Projeto de Lei nº 5.230 de 2023 que foi encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional que busca revogar alguns elementos construídos pela Lei nº 13.415/2017. Este Projeto de Lei redefine a Política Nacional do Ensino Médio, buscando modificar “carga horária, disciplinas obrigatórias, formação de professores e os chamados itinerários formativos”. Entendemos que houve alguns pontos positivos neste projeto de lei, como o aumento da carga horária de 1800 horas para 2400 horas obrigatórias para a Formação Geral Básica, entretanto, continuamos com a presença e a influência da Base Nacional Comum Curricular no desenvolvimento do percurso escolar dos estudantes do Ensino Médio. Outro ponto a salientar, é que continuamos com a presença e a influência de empresas privadas no oferecimento de cursos voltados para a Formação Inicial e Continuada -FIC-, o que corrobora para o agravamento das desigualdades sociais e que segmenta o ensino dos estudantes, além de favorecer um ensino fragmentado e com influências neoliberais. Por fim, o Governo Federal procurou institucionalizar uma formação geral básica composta por “Percurso de Aprofundamento e Integração” (BRASIL, 2023d) em que compõem a mesma concepção dos Itinerários Formativos trazidos com a Lei 13.415/2017, que dificulta a implementação e a articulação desses componentes no currículo do Ensino Médio em todos os entes federados (RIBEIRO, 2023).

3 A CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE CURRICULAR PROJETO DE VIDA NO GDF

A Unidade Curricular Projeto de Vida tornou-se parte do Novo Ensino Médio com a homologação da Lei n.º 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) ao reestruturar as finalidades do Ensino Médio e estabelecer uma nova Base Nacional Comum Curricular que direciona todos os sistemas de ensino do país para uma formação pedagógica que trabalhe em um modelo diversificado e flexível, conforme dissemos anteriormente.

A referida lei orienta que os currículos do Ensino Médio serão compostos pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos que deverão ser organizados por diferentes estratégias pedagógicas conforme o contexto de cada sistema de ensino e com isso, os entes federados possuem autonomia para organizar o currículo de modo a alcançar às competências e habilidades exigidas para a referida etapa.

No que diz respeito à unidade curricular Projeto de Vida, obrigatória em todos os anos e itinerários do NEM no GDF, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF – criou um documento, denominado “Caderno Orientador: Unidade Curricular Projeto de Vida” (DISTRITO FEDERAL, 2022a), com a intenção de nortear os trabalhos pedagógicos desse componente curricular. No referido documento salienta-se que a unidade curricular está alinhada ao Currículo em Movimento da SEEDF (2020) e a Base Nacional Comum Curricular (2023) pelo Grupo de Trabalho – GT – com representantes das diversas subsecretarias que compõem a Secretaria de Educação, professores pesquisadores da Universidade de Brasília, além de professores e orientadores das escolas públicas do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2022a), entretanto, na lista de colaboradores do documento é possível identificar somente dois professores da Universidade de Brasília.

O documento estudado encontra-se dividido em três capítulos: O que é Projeto de Vida?; Projeto de Vida para quem?; e Orientações do Trabalho Pedagógico. Isto posto, no primeiro capítulo, são apresentadas as estratégias pedagógicas que devem perpassar a sala de aula e que, para isso, o Projeto de Vida deve “orientar-se pela vivência e experimentação de ações voltadas para a realização de planos, sonhos e projetos pessoais e coletivos, respeitando o tempo de desenvolvimento e amadurecimento emocional, cognitivo e social de cada estudante” (DISTRITO FEDERAL, 2022a, p. 13). Outrossim, o segundo capítulo do Caderno Orientador, intitulado como “Projeto de Vida para quem?” destaca brevemente em seus tópicos o alinhamento do Caderno do Projeto de Vida com o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2022a) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2023) em que ambos visam, em sua formação, a preparação para a vida no século XXI, utilizando diversos temas que envolvem e compõem os itinerários formativos. Por fim, o terceiro e último capítulo, “Orientações para o Trabalho Pedagógico”, realça o perfil e a postura desejada que os profissionais da educação devem ter de acordo com a nova lei do Ensino Médio, evidenciando que os docentes também devem possuir algumas habilidades e competências desenvolvidas enquanto professores, utilizando-se de metodologias ativas e tendo “abertura e respeito”, para ministrar o componente curricular Projeto de Vida (DISTRITO FEDERAL, 2022a).

Deste modo, existe uma argumentação no documento frente às mudanças estruturais ocorridas em sociedade e o atual mercado de trabalho pautado pela imprevisibilidade. Portanto, se fez necessário adequar os currículos escolares de modo a favorecer conteúdos e formar estudantes para que os mesmos tenham controle emocional ao serem inseridos em um mercado de trabalho dinâmico. Ao mesmo tempo em que foi entremeadado a lógica do

empreendedorismo nas escolas como a chave do sucesso pessoal. Por isso, ao longo do documento são recorrentes as seguintes palavras-chave: flexibilidade, organização, integralidade, estabilidade emocional, serenidade, sociabilidade, entusiasmo, autorregulação, esforço entre outras palavras que pretendem auxiliar na formação do estudante de acordo com as exigências do mercado de trabalho atual que serão desenvolvidas, segundo a proposta, ao longo das quatro dimensões: Pessoal; Social; Profissional; e Organização, Planejamento e Acompanhamento, as quais apresentamos brevemente a seguir.

Primeiramente, a Dimensão Pessoal, é vista como o início do percurso de decisões do estudante e do seu plano de carreira, e para isso é necessário que o mesmo tenha conhecimento acerca de si e do mundo, esta dimensão está voltada para o “autoconhecimento, autocuidado e valores” do estudante (DISTRITO FEDERAL, 2022a, p. 14). Perante o exposto, o autoconhecimento é indicado como importante para que o estudante consiga ter um pensamento crítico frente aos cenários internos (emoções e decisões) e externos (relação política, social e econômica) de forma que contribua para a construção da sua identidade. Além disso, o autocuidado é voltado para a importância em cuidar de si mesmo e principalmente, de suas emoções, para que o estudante consiga ser equilibrado emocionalmente para enfrentar as adversidades das mudanças do mundo do trabalho do século XXI. Por fim, os valores procuram dar destaque a importância em resolver os seus problemas e se desenvolver interpessoalmente para ter sucesso profissional.

Outrossim, a Dimensão Social procura trabalhar a importância de o estudante estar conectado aos contextos sociais de modo a perceber que enquanto é influenciado, também é passível de influenciar o meio que ocupa, enquanto torna-se protagonista da sua vida (DISTRITO FEDERAL, 2022a), por isso, esta dimensão destaca a importância em contemplar, dentro do trabalho pedagógico, o estudo das Competências Socioemocionais e do Empreendedorismo.

Continuando, a Dimensão Profissional procura estabelecer a importância de o estudante escolher uma profissão que não se dissocia do mundo produtivo e que tenha o autoconhecimento necessário para realizar uma escolha profissional desejável, entendendo os cenários atuais do mundo do trabalho para uma escolha assertiva. Nessa dimensão, espera-se que o “estudante compreenda e desenvolva o comportamento empreendedor” e que entenda que essa dimensão “recai sobre a ação na pessoa no mundo, a partir de uma profunda reflexão sobre si mesmo, o outro e o nós” (DISTRITO FEDERAL, 2022a, p. 19).

Por fim, a Dimensão Organização, Planejamento e Acompanhamento procura focar na preparação para o mercado de trabalho, para isso, o estudante deve ser organizado, ter metas

claras e reais, de curto, médio e longo prazo de forma que consiga alcançar sucesso na sua escolha e vida profissional. Diante disso, o Projeto de Vida, dentro das suas quatro dimensões, tem como intuito formar o estudante para o mundo do trabalho e consegue, ao “focalizar a ação e o comportamento empreendedor, buscando desenvolver as competências e habilidades necessárias para a tomada de decisões, diante das situações-problema cotidianas” (DISTRITO FEDERAL, 2022a, p. 36). À vista disso, alguns aspectos são considerados na formação dos estudantes como: inteligência emocional, persuasão e negociação, aprendizagem ativa e estratégias de aprendizagem, solução de problemas e experiência do usuário (DISTRITO FEDERAL, 2022a).

A seguir elencamos pontos-chaves do documento analisado nesta pesquisa para entender a consonância dele com a formação dos jovens para a adaptação ao mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível.

3.1 O EMPREENDEDORISMO E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS COMO FOCO DO PROJETO DE VIDA

Como dissemos anteriormente, ao analisarmos o documento Caderno Orientador do Projeto de Vida do GDF (DISTRITO FEDERAL, 2022a) percebemos dois eixos que o perpassam e que são importantes para compreensão da concepção e a intencionalidade desse componente curricular estratégico para o Novo Ensino Médio (NEM), que são os conceitos de Empreendedorismo e de Competências Socioemocionais, ambos presentes na BNCC.

A educação é colocada na Constituição (BRASIL, 1988) como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Entendendo a importância da educação não ser dissociada do mundo em sociedade, Libâneo (2017) evidencia a importância da educação estar alinhada ao contexto social do estudante de forma a promover uma educação em uma perspectiva que envolva a práxis pedagógica. Destarte, entendemos que a educação está ligada com o modo de produção em sociedade, de forma a não separar as suas relações sociais com as características produtivas sob o olhar do mundo do trabalho (CASTRO; GAWRYSZEWSKI; DIAS; 2022).

Os estudos de Castro, Gawryszewski e Dias (2022) evidenciam que o capitalismo é um modo de produção decorrente da exploração ampliada da força de trabalho, com vistas a gerar a mais-valia, expropriação de trabalho não pago por meio da qual é materializado no lucro da classe burguesa que explora um grande grupo de pessoas que vendem a sua força de

trabalho, condição para sua sobrevivência. Procurando manter a constância, o lucro e o sucesso nessa forma social, os capitalistas, necessitam seguir alguns preceitos básicos do sistema para que possa garantir o máximo de lucro possível. Isto posto, é fundamental que haja na sociedade a presença de uma “força de trabalho sobranete” (CASTRO;GAWRYSZEWSKI; DIAS, 2022, p. 2) para que o exacerbado contingente de trabalhadores continuem a aceitar as posições desfavoráveis de acesso aos direitos trabalhistas e de empregos, pois com a presença grande de desempregados provoca, de forma mais intensa nos países periféricos, a ampliação da superexploração desses trabalhadores, em que estão rendidos a baixos salários, a ampliação da carga horária de trabalho, bem como a perda de direitos trabalhistas como salientam:

(...) O enfraquecimento de direitos trabalhistas advém da necessidade crescente de ampliar e acelerar a circulação e a acumulação do capital, materializadas em formas gradativas precária de organizar o trabalho (terceirização irrestrita, vínculos parciais e temporários), além do crescimento do desemprego e, conseqüentemente, da informalização do trabalho (CASTRO;GAWRYSZEWSKI; DIAS, 2022, p.7).

Acerca dessa informalização do trabalho, devemos lembrar da disputa ideológica para que a classe trabalhadora não se veja como superexplorada, e sim, como dona do seu próprio futuro e do seu empreendimento (CASTRO; GAWRYSZEWSKI; DIAS, 2022). Na conjuntura atual, a convergência midiática em cima de poucas pessoas que conseguiram sair do desemprego para se tornarem donos do seu próprio negócio e terem sucesso é muito divulgada nas mídias sociais, com o intuito de propagarem o sucesso com base no seu esforço profissional individual. Hoje, o empreendedorismo é visto “como uma fonte geradora de emprego e renda, bem como um fator que alavanca o desenvolvimento econômico, em meio a crises econômicas recorrentes” (CASTRO; GAWRYSZEWSKI; DIAS 2022,p.2), que entremeiam na sociedade a salvação para o desemprego, em uma “relação harmoniosa entre o trabalhador e o mundo do trabalho precarizado”.

Além disso, com a implementação do Novo Ensino Médio, ganham maior destaque algumas ideologias, dentre elas, o empreendedorismo, que atualmente é uma das vertentes fortes presentes na educação e alia-se com o sujeito que pretende se formar. Baseado nessa perspectiva, Barbosa e Paranhos (2023) defendem que o empreendedorismo consiste em uma forma de trabalho precarizado, em que não é necessária a figura do patrão para que o trabalhador seja explorado ou precarizado, tendo em vista, que a ideologia empreendedora traz a ideia de que o empreendedor poderá ter as mesmas condições de competição que um grande empresário, pois somente é necessário que “o trabalhador (potencial empresário)

munido apenas de sua força de trabalho, de poucos meios de trabalho e de, no máximo, alguns atributos pessoais, deva, nesta arena, competir com os detentores do grande capital” (TAVARES, 2002 *apud* BARBOSA; PARANHOS, 2023, p. 13) em que entende-se que o único responsável pelo sucesso ou fracasso do seu empreendimento é você mesmo.

Isto posto, com o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, torna-se ainda mais necessário para a classe dominante formar os futuros jovens trabalhadores em uma perspectiva alinhada com o mundo do trabalho atual, o que é fundamental para os reformadores empresariais - os que concebem e articulam uma pedagogia funcional a conservação das relações sociais de exploração, que além de competências cognitivas, sejam elencados no currículo escolar, habilidades e competências socioemocionais para que esses jovens possam estar preparados para a sua inserção profissional (MAGALHÃES, 2017). A implementação do Novo Ensino Médio decorre de um deslocamento ideológico que culpabiliza a educação escolar brasileira como ultrapassada/retrógrada, pois é necessário proporcionar aos estudantes o seu protagonismo juvenil, para que assim, possam possibilitar o enfrentamento das desigualdades sociais da sociedade atual (CASTRO; GAWRYSZEWSKI; DIAS, 2022). Porém o protagonismo juvenil, não é visto/reconhecido como uma ampla participação dos sujeitos na condução da escola, requerido pelas pedagogias críticas. Nessa proposição, o protagonismo é uma das formas de fazer os jovens aderirem a proposta.

Com a nova organização do NEM em Formação Geral Básica que deve ser trabalhada a partir da Base Nacional Comum Curricular (2023a) e os Itinerários Formativos que possuem quatro eixos estruturantes, entre eles o empreendedorismo, o estudante estaria mais propício a ter sucesso na sua vida escolar e futuramente profissional, pois ele teria possibilidade e flexibilidade para escolher o seu futuro com base no novo currículo advindo da nova reforma.

Entendemos ser fundamental a compreensão do mundo do trabalho pelos estudantes, no entanto, com o NEM, estima-se uma perda de 600 horas nos componentes curriculares gerais (BERNARDES; VOIGT, 2022) que enfraquecem a formação dos estudantes em diversas áreas do conhecimento e assim possibilitam uma educação fragmentada e acrítica, compatíveis com os ideais neoliberais encontrados atualmente na educação, limitando-a a própria compreensão da realidade social e do trabalho.

Durante o desenvolvimento e a análise dos documentos, percebeu-se que os currículos educacionais brasileiros sempre foram construídos com a intenção de ampliar as competências cognitivas dos sujeitos ao longo do Brasil do século XX (MAGALHÃES,

2017). Com as reformas educacionais advindas do século XXI e impulsionadas pelos organismos internacionais de educação, se tornou necessário modificar os currículos educacionais com a intenção de atender as exigências e as mudanças do mundo do trabalho atual (ACCIOLY; LAMOSA, 2021). Essa necessidade é oriunda do contexto socioeconômico e das novas políticas neoliberais vigentes, pois é necessário que o trabalhador possua em sua formação, competências e habilidades, para se adaptar rapidamente ao mercado de trabalho, de forma que não tenha em sua formação, o conhecimento necessário para gerar reivindicações pelos seus direitos trabalhistas e assim, possa ser participante de transformações sociais (ACCIOLY; LAMOSA, 2017).

Em relação às competências socioemocionais os estudos de Accioly e Lamosa (2021, p. 3), contribuem para entendermos que a Reforma do Ensino Médio:

(...) está inserida no contexto de reformas educacionais globais impulsionadas pelos organismos internacionais [...] aprofundadas nas primeiras décadas do século XXI, com o objetivo de atender às mudanças no mundo do trabalho [...] (que) buscam instituir um currículo mínimo definido por competências, como é o caso da BNCC.

Os estudos desses autores indicam que a BNCC define as Competências Socioemocionais como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Accioly; Lamosa; 2021, p. 3). Deste modo, as suas críticas contribuem para dialogar com o exposto no Caderno Orientador do Projeto de Vida analisado, que expõem competências a serem contempladas no trabalho pedagógico da escola, que, resumidamente, envolvem: o prazer pelo aprender, imaginação, criatividade, autonomia, autorregulação, controle de impulsividade, sociabilidade, autocontrole, previsibilidade, autoconfiança.

Entendemos que a adesão de tais competências e habilidades nos currículos educacionais brasileiros impõem um projeto econômico que procura desenvolver o controle sobre a subjetividade humana que deve estar alinhada aos interesses mercantis (MAGALHÃES, 2017). Tais competências nos currículos das reformas atuais garantem esse controle da classe trabalhadora, de modo que desfavorece uma formação maior do que necessitam no presente momento econômico, fragmentando essa classe, que não irá reivindicar por mais direitos frente à ótica de intensificação e precarização do trabalho, além de favorecer a expansão do capitalismo ao impor padrões de comportamentos e visões de mundo que devem ser seguidas para garantirem o sucesso em sua vida profissional

(ACCIOLY; LAMOSAS, 2021).

Desta forma, ao longo de todo o documento referente a Unidade Curricular Projeto de Vida (DISTRITO FEDERAL, 2022a) é possível identificar o propósito em formar o estudante para que esteja preparado para enfrentar as mudanças do trabalho do século XXI, aceleradas pela inserção de novas estruturas tecnológicas e que provocam intensas modificações na vida e no trabalho das pessoas. Para tanto, o documento indica ser necessário preparar o estudante com uma formação que envolva temas que tratem sobre a nova estrutura social e que o auxilie na entrada e permanência no mundo do trabalho, porém, não coloca em relevo a forma social capitalista que tem gerado intenso desemprego e rotatividade do trabalho, o que resulta em uma precarização do trabalho.

Percebemos, com a pesquisa, que o foco desse componente curricular está em discutir com os estudantes a sua inserção no mercado de trabalho, todavia há uma naturalização do mercado profissional, como se não fosse o mundo do trabalho socialmente construído. Desta forma, o cerne do documento aponta para uma adaptação acrítica ao mundo do trabalho, individualizando questões sociais, como o desemprego e a falta de oportunidades, assim como também colocando como saída o empreendedorismo e a inserção precária no mundo do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procuramos desenvolver a respeito da organização do componente curricular Projeto de Vida, advindo do Novo Ensino Médio (NEM), e como ele se fundamenta para a orientação das escolhas profissionais dos jovens estudantes da última etapa da Educação Básica, mais precisamente, dos estudantes das escolas públicas desse país, que enfrentam o sucateamento da educação através da imposição de currículos mínimos pautados na hierarquização de conteúdos trazidos com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2023a), com uma Formação Geral Básica diminuída em sua carga horária para o crescimento de horas curriculares para o desenvolvimento de Itinerários Formativos que engessam o ensino do país e contribuem para uma classe trabalhadora precarizada e fragilizada.

A pesquisa procurou alcançar a concepção presente no componente curricular do Projeto de Vida e quais seriam os objetivos por detrás desta proposta de ensino que se relacionam com as escolhas profissionais dos jovens que encontram-se inseridos no mundo do trabalho fragmentado, precarizado, em que tivemos durante o desenvolvimento da pesquisa dois eixos

que ganham notoriedade na análise dos documentos que orientam o Projeto de Vida no Distrito Federal, sendo identificados como: o Empreendedorismo e as Competências Socioemocionais.

Procurando entender as concepções e as relações do mundo do trabalho do século XXI, relacionada aos currículos das escolas públicas, colocamos a Reforma do Ensino Médio compreendendo que ela encontra-se inserida no contexto das políticas educacionais que procuram atender o mundo do trabalho (KUENZER, 2017;2020). Deste modo, elencamos que esta reestruturação do mundo do trabalho, denominada como Acumulação Flexível (KUENZER, 2017;2020), contribui para a distribuição desigual do conhecimento em diferentes classes sociais, de forma a instaurar na sociedade novas maneiras de ser, com a subjetivação de novos sujeitos que devem apresentar competências e habilidades necessárias para estarem aptos ao mercado de trabalho atual que é pautado pela imprevisibilidade e pela falta de necessidade em relacionar teoria e prática, pois no contexto atual é necessário somente uma educação básica e simples.

Neste trabalho, a análise ocorrida ficou restrita aos documentos norteadores referentes à Unidade Curricular do Projeto de Vida do Novo Ensino Médio do Governo do Distrito Federal. Porém, nas escolas públicas, o componente curricular Projeto de Vida vêm sendo construído de diferentes formas. Em geral, os docentes responsáveis desenvolvem o Projeto de Vida de distintas maneiras, alguns reproduzindo e alinhando-se a naturalização do mundo do trabalho (empreendedorismo, competências e afins); outros se sentem perdidos sem saber como organizar essa disciplina, e outros a ressignificam a forma e o conteúdo desse componente ajudando os jovens a compreenderem o mundo do trabalho e suas contradições atuais, vista pelo sistema de trabalho precarizados, pautados nos subempregos, características do mundo atual.

O Novo Ensino Médio (NEM) foi implementado através de uma Medida Provisória (BRASIL, 2016), de modo que não houve a participação de pesquisadores, professores e alunos durante a implementação da nova proposta educacional. Isto posto, com a ascensão do novo Governo Federal e a nova composição do Ministério da Educação (MEC), era esperado que o Novo Ensino Médio fosse revogado, mas a princípio não houveram mudanças substanciais. Desta maneira, foi necessário uma pressão por parte de docentes e estudantes para que o MEC implementasse uma consulta pública a respeito da manutenção ou revogação da referida lei. Entendemos que a mudança do governo não deve ocasionar muitas modificações na estruturação do Ensino Médio, tendo em vista que aumentar a carga horária mínima para a Formação Geral Básica ou deixar a cargo dos entes federados a composição

dos Itinerários Formativos provoca uma manutenção da lei e portanto, permanece sem alteração na superação da dicotomia educacional, e destarte, favorece um ensino fragmentado e acrítico para os filhos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. de A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Revista Vértices**, Fluminense, v. 23, n. 3, p. 706–733, 2021.

BARBOSA, C. S.; PARANHOS, M. O Empreendedorismo como Projeto de Vida Juvenil no Ensino Médio da Rede Estadual do Rio de Janeiro. **Revista Trabalho Necessário**, Fluminense, v. 21, n. 44, p. 01-27, 2023.

BERNARDES, A. C. R.; VOIGT, J. M. R. Projeto de Vida e Empreendedorismo no Novo Ensino Médio. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 27011, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio**. Distrito Federal. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2023a.

BRASIL. Portaria MEC Nº 521, de 13 de julho de 2021. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 1, p. 47, 14 jul. 2021.

BRASIL. Portaria MEC Nº 627, de 04 de abril de 2023. Suspende os prazos em curso da

Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 66, p. 18, 05 abr. 2023b.

BRASIL. Portaria Nº 399, de 08 de março de 2023. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 47, p. 16, 09 mar. 2023c.

BRASIL. Portaria Nº 5.230, de 31 de outubro de 2023. Redefine a Política Nacional de Ensino Médio no Brasil. **Diário Oficial da União**. 2023d.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022.

CASTRO, Matheus Rufino; GAWRYSZEWSKI, Bruno; DIAS, Catarina Azevedo. A ideologia do empreendedorismo na reforma do ensino médio brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-25, 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Caderno Orientador**: Unidade Curricular Projeto de Vida. Brasília, DF: SEEDF, 2022a.

DISTRITO FEDERAL. **Plano de Implementação**: Novo Ensino Médio. Brasília, DF: SEEDF, 2022b.

KUENZER, A. S. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 57-66, 2020.

KUENZER, A. S. Trabalho e Escola: A flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de Acumulação Flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, 2017, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

LIBÂNIO, José Carlos. **didática**. Cortez Editora, 2017.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. **Competência Socioemocionais**: Gênese e incorporação de uma noção na política curricular e no ensino médio. *e-Mosaicos*, [S. l.], v. 10, n. 23, p. 62-84, 2021. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46754. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/46754>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RIBEIRO. Monica. Nós temos uma dívida histórica, cultural, ética e moral com a juventude que está no ensino médio hoje. **Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde**. Ano XVI - Nº 92 - nov./dez. - 2023.

